

RESUMOS EXPANDIDOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NO GT1	
Nome dos autores	Título do trabalho
Andrea Celia Silva de Oliveira	O benefício de prestação continuada e o Judiciário: uma análise sob a ótica da dignidade da pessoa humana na cidade de Franca-SP
Bethânia Silva Santana	A imprescindibilidade no atendimento especializado às vítimas de violência de gênero
Bruno Barros Mendes	Desjudicialização, faltas disciplinares de natureza grave e sua interferência na rotatividade dos presídios do Estado de São Paulo
Camila Maria de Lima Villarroel	Acesso à justiça para mulheres e (Síndrome da) alienação parental: análise jurisprudencial dos tribunais da região Sudeste
Carlos Henrique de Lima Andrade	Controle participação social à luz da Lei 12.527/11 no Município de Aracajú e o acesso à justiça
César Augusto Zacheo	O acesso à justiça das minorias sociais como forma de efetividade da tutela antidiscriminatória no Brasil
Danieli Rocha Chiuzuli	O impacto da judicialização da educação infantil nas políticas públicas de creche no Município de Ribeirão Preto
Deíse Camargo Maito	O enfrentamento à violência contra mulheres, sexual e de gênero na universidade: uma abordagem institucional de acesso à justiça
Denison Lehr Unglaub	Jurisdição especial indígena equatoriana e os limites do pluralismo jurídico
Fernando Teixeira Baptista de Oliveira	O papel das ações coletivas no controle judicial de políticas públicas de saúde: a análise do impacto a partir de ações judiciais do TJ/SP para fornecimento de medicamento
Inara Flora Cipriano Firmino	Epistemologia feminista negra: por uma perspectiva de raça e gênero nos estudos sobre acesso à justiça
Jéssica Diniz da Silva	O acesso à justiça como direito fundamental e a morosidade processual como difusor de injustiças
Júlia Campos Leite	Reparação judicial para mulheres vítimas de violência obstétrica
Julia Heliodoro Souza Gitirana	Entre a mitologia da representação e heróis togados: a criminalização da Lgbtifobia pelo STF
Júlia Puppim de Castro	Conflitos fundiários urbanos coletivos e resolução do conflito: a experiência no Poder Judiciário paulista
Juliana Amoedo Amoedo Plácido	A representatividade de mulheres nas instâncias legislativas a partir do conceito de política de presença de Anne Phillips
Juliana Raineri Haddad	Como as desigualdades de gênero nas relações entre casais podem acarretar riscos a mulheres em mediação familiar: uma análise dos CEJUSCS de Ribeirão Preto-SP
Kaique Souza Pedaes	A cobrança de honorários sucumbenciais de beneficiário da justiça gratuita na Justiça do Trabalho como potencial violador do direito humano de acesso à justiça
Larissa Cristina Moraes de Oliveira	Justiça social e a mulher negra na reforma agrária
Larissa Satie Fuzichima Komuro	Resolução consensual de conflitos; Uma inversão dos paradigmas da Justiça
Laura Rizzo	A efetivação dos direitos sociais das pessoas com deficiência na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: o caso da ADI 5357
Lucas Pereira Araújo	Precedentes obrigatórios e o princípio do contraditório: uma análise à luz da representação adequada
Luís Henrique Bortolai	Acesso à justiça por meio de projetos de extensão universitária nas faculdades de direito: o estudante imerso numa realidade social
Maísa Martins Faleiros	Políticas públicas para efetivação do acesso à justiça e para concretização do direito à cidadania: negociação, mediação, conciliação e arbitragem
Maurício Buosi Lemes	Participação popular na promoção do acesso à justiça: uma análise da interação entre demandas dos movimentos de defesa do direito à moradia e Defensoria Pública do Estado de São Paulo nos Ciclos de Conferências (2007-2017)
Rebeka Lima Cavalcante	Segregação espacial urbana a partir da literatura caroliniana: como age um Estado racializado?
Tharuell Lima Kahwage	Mulheres negras na profissão jurídica: enfrentando as barreiras de gênero e raça
Vitória Aguiar Silva	Quarto de exclusão de direitos: uma análise sociojurídica da desigualdade social vivida por Carolina Maria de Jesus à luz de seu livro "Quarto de despejo"
Wesley Franco Ramos Barguena	Adequação dos instrumentos jurídicos e políticos para melhor representação política feminina: um estudo de caso sobre as decisões do STF sobre as candidaturas femininas em 2018 (Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.617)